

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE

OFICIO Nº / J/GAB/16

 $\bigcirc \neq$ DE

DE 2016.

À Sua Excelência o Senhor EDIS FARIAS AMARAL Presidente da Câmara Municipal Ouro Preto do Oeste – RO

Senhor Presidente,

Através deste, encaminhamos a Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 59 de de de de 2016, que "ALTERA O PARAGRAFO PRIMEIRO DO ART. 1º DA LEI Nº 2.136, DE 31 DE JULHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", para a devida apreciação desta Casa Legislativa.

Considerando a relevância da matéria, solicito que seja observado o regime de urgência especial, convocando-se sessões extraordinárias.

Na oportunidade, renovamos os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

JUAN ALEX TESTONI PREFEITO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE GABINETE DE PREFEITO

MENSAGEM N° 850 /2016

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores:

de de 2016, que "ALTERA O PARAGRAFO PRIMEIRO DO ART. 1º DA LEI Nº 2.136, DE 31 DE JULHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A matéria tem por objetivo alterar os valores do Auxílio ao pessoal de apoio, com objetivo de atender de forma especial os auxiliares de Sala e Cuidadores da educação infantil e educação especial.

Essas pessoas desenvolvem um trabalho importante e fundamental e merecem também uma atenção específica por parte da administração.

Foi efetuada análise do processo administrativo que foi instruído com parecer contábil para aumento dos valores para essa categoria específica, estando a administração apta a promover a presente alteração.

Assim, senhores Vereadores, é com esse intuito que encaminhamos a presente matéria, aguardando a deliberação de Vossas Excelências.

Palácio dos Pioneiros, em de

de 2016.

JUAN ALEX TESTONI PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº

659 , DE ()+

DE 2016

"ALTERA O PARAGRAFO PRIMEIRO DO ART. 1° DA LEI N° 2.136, DE 31 DE JULHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1°. Altera o Parágrafo 1° do art. 1° da Lei n° 2.136, de 31 de julho de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Parágrafo primeiro - Os valores do auxílio serão atribuídos da seguinte forma:

- No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) para os servidores lotados nas funções de apoio da SEMECE, CME e escolas municipais, tais como: merendeira, zeladora, inspetor de pátio, monitor de informática, agentes de seviços administrativos e agentes de portaria e vigilância;
- No valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), para os servidores de Apoio da SEMECE, que atuam nas funções de Auxiliar de Sala/Cuidadores da Educação Infantil e Educação Especial:"

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Preto do Oeste, em

JUAN ALEX TESTONI PREFEITO



LEINº 2136

DE Julio

DE 2015.

"CRIA AUXÍLIO DE APOIO A UNIDADE ESCOLAR PARA OS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA SEMECE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada o auxilio de apoio as unidades escolares, sendo beneficiados os servidores públicos municipais da Secretaria Municipal de Educação, que se encontram lotados na área de apoio da secretaria, das unidades e das escolas públicas do Município de Ouro Preto do Oeste-RO.

PARAGRAFO PRIMEIRO: O valor do auxilio é de R\$ 200,00 (duzentos reais), devidos a partir de 1º de julho de 2015.

PARAGRAFO SEGUNDO: Os servidores beneficiados são aqueles lotados na área de apoio da secretaria, das unidades e das escolas públicas do Município de Ouro Preto do Oeste - RO, os quais estão na função de merendeiro (a), zelador (a), limpeza, inspeção de pátio, monitor de informática, agente em serviço administrativo, cuidador (a) e agente de portaria/vigilância.

PARAGRAFO TERCEIRO: Aos servidores públicos beneficiados com o auxilio de apoio è vedado o recebimento de outras gratificações.

Art. 2º O auxilio é de forma indenizatória não é incorporável ao vencimento ou salário, nem será objeto de retenção previdenciária.

Art. 3°. As despesas correrão à conta da dotação própria.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSELITA ARAUJO DA SILVA PREFEITA EM EXERCICIO